



Travessia

Março/abril 2009
Nº 62

28º Congresso do ANDES-SN

Docentes reafirmam força e unidade na luta

Foto ANDES



Docentes realizaram ato público em Pelotas em defesa do emprego, no centro de Pelotas

APESJF promove palestra sobre precarização do trabalho feminino, pág. 4

Sindicato faz contrapartida ambiental e replanta 200 árvores na UFJF, pág. 5

Artigos

O “Ensaio sobre a cegueira” e a necessidade de superação da barbárie, pág. 8

Sistema Predatório, pág. 2

Assembléia dos
Professores
23/04 9h30
na sede do sindicato
Compareça!

Docentes indicam a criação dos
“Observatórios do REUNI”

IFETs são denunciados

Defesa do sindicato, unidade dos trabalhadores, valorização do trabalho docente e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira, são os pontos da centralidade da luta em 2009, págs 6 e 7

Foto Danniel Goulart



Profª Mazzei falou sobre precarização do trabalho feminino

Editorial

A crise econômica atingiu o Brasil no início deste ano, fato finalmente admitido pelo governo diante dos indicadores econômicos apresentados de queda na produção nacional no último trimestre de 2008 com repercussões no consumo e no aumento do desemprego.

Esta crise aguda do capitalismo é resultado exatamente das políticas equivocadas adotadas pelos sucessivos governos que optaram pelo neoliberalismo e seus paradigmas de globalização determinados pelas agências multilaterais, internacionais a serviço do capital e das potências centrais.

Assim, ainda que tente se isentar das responsabilidades pela eclosão da crise, o governo brasileiro não pode negar que, enquanto pôde, se adaptou ao modelo hegemônico da financeirização internacional. Aqui foram adotadas e mantidas as práticas de um modelo de estado liberalizante e privatista, aprofundadas as vendas do patrimônio público e tomado de assalto o espaço público social pela lógica mercadológica do privado.

As repercussões desse modelo sócio-econômico atingem todos os setores da sociedade: saúde, educação e conquistas dos trabalhadores. No caso da educação, que há quarenta anos tinha 75% do alunato em instituições públicas, houve uma brutal inversão. Hoje, 80% estão nas instituições privadas, beneficiadas pela venda de vagas em troca de isenção de impostos (Prouni). Enquanto isto, o governo tenta impor preceitos mercadológicos ao setor público, desrespeitando a autonomia universitária; infringe-lhe um processo de avaliação descontextualizado, sem considerar as especificidades dessas instituições e cobra uma relação aluno/professor adequada a uma formação maciça de diplomas, mas muito longe do que seja uma universidade. O Reuni nada mais é do que um corolário dessa política

Quando aos docentes das Instituições de Ensino Superior, as ações dos sucessivos governos neoliberais buscaram sem trégua a cassação das conquistas da categoria. Desde e 1995 sem reajuste salarial, a partir de 1998 iniciou-se a política de "reajustes" por meio de gratificações e quebra de isonomia entre ativos e aposentados.

Nos anos seguintes, já no atual governo, poucas mudanças ocorreram. Novos elementos foram introduzidos, com o aparecimento de sindicatos chapa branca, aliados do governo nas conversações sobre salário. Ao fim e ao cabo, o governo acenou com acordos na tentativa de desmoralizar o sindicato e ao mesmo tempo dividir os docentes. Só por isto, o sindicato não podia assiná-los como, de fato, não o fez.

E não foi só por isto. Em alerta, professores, o governo anuncia falsos ganhos a maioria em gratificações, não em salário básico -, escamoteia as brutais distorções introduzidas nas malhas salariais, que descaracterizam e propiciam um esgarçamento entre as carreiras de docentes que atuam nas IFES.

Por isto, saudamos a retomada da mobilização dos servidores públicos federais, nos quais se incluem os docentes das IFES em lançamento de sua campanha salarial. A crise não foi criada pelos trabalhadores. Há que se reverter o eixo da intervenção do estado a favor do público, o que significa submissão do privado às regras do público. Há que se cobrar do governo o retorno às regras democráticas de respeito às entidades sindicais, admitindo a crítica e discutindo as reivindicações das categorias. Há que se reconhecer que mais vale um povo briguento que um amontoado de dirigidos descaracterizados. Só não vale deixar acontecer. A hora é de lutar!

Sistema predatório

No final do ano passado, a ONG World Wildlife Fund divulgou um alarmante e apocalíptico relatório do nível atual da exploração dos recursos naturais do planeta. As conclusões do documento atestam a incapacidade da terra em gerir recursos para o crescente aumento da demanda humana. A sociedade capitalista em seu ápice, geradora de novos produtos e necessidades, tem aí uma de suas consequências nefastas.

O sistema atinge ou busca atingir níveis cada vez maiores e mais artificiais de compra e venda, de aquecimento do mercado, de crescimento econômico sem a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, apenas com a acumulação, relegando a uma esquerda, taxada de ecochata, a preocupação com a questão ambiental. Assim, tal sistema se constituiu e ainda se mantém como ator principal do aumento desenfreado da exploração predatória das riquezas naturais do planeta.

O estudo mostra que o atual padrão de consumo de recursos naturais supera em 30% a capacidade do planeta de recuperá-los, ou seja, a natureza não mais dá conta de repor o que o mercado toma. Durante muitas décadas a sensação de uma natureza repleta de fontes inesgotáveis representou um certo consenso e ainda hoje há cientistas, citados pelo ex-presidente George W. Bush em sua relutância em assinar protocolos ecológicos, que não admitem os estragos feitos.

Os dados do documento

continuam alarmando. Se o homem continuar a explorar a natureza nos níveis atuais - isso sem contarmos a criação de novas demandas, novos aparelhos, novas necessidades etc - em 2030 serão necessários recursos equivalentes a dois planetas Terra para atender ao padrão de consumo.

Além dos problemas do aquecimento global, da falta de água e alimentos decorrentes do quadro de exploração desenfreada, a alta dos preços derivada da escassez pode levar países inteiros, que já sofrem com a fome, a tragédias sociais ainda maiores que as já constatadas. O quadro pode levar ainda as grandes potências a novas guerras por matéria prima, água, fontes energéticas e alimentos. Novos conflitos que exigirão aumento de esforços energéticos além da óbvia destruição decorrente

Para exemplificar a discrepância e a insanidade do consumo desenfreado das grandes potências, tomemos como exemplo o "american dream", o qual, se fosse espalhado democraticamente por todo o planeta, levaria o mundo a um rápido colapso, ou seja, caso o resto do mundo consumisse como os estadunidenses hoje fazem, precisaríamos de quatro planetas terra para dar conta do recado.

O potencial autodestrutivo do capitalismo e suas bolhas especulatórias tão alardeado por economistas, marxistas e estudiosos do sistema parece contaminar toda a sociedade, como se ela própria, vestindo a camisa do pensamento único neoliberal decretasse sua autodestruição.

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APES JF SSInd.

Prof^o. Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração -
 Prof^a. Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social
 Prof^o. Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado
 Prof^a. Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física
 Prof^a. Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH
 Prof^o. Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
 Prof^a. Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII

Presidente
 Vice-Presidente
 Secretário Geral
 1^a Secretária
 2^a Secretária
 1^o Tesoureiro
 2^o Tesoureiro

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900
 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br e-mail: apesjf@acessa.com

Trabalhadores protestaram contra efeitos da crise

Milhares de brasileiros participaram de protestos contra o desemprego provocado pela atual crise capitalista. Em todo o país, estudantes, sindicalistas e a sociedade organizada levantaram bandeiras com protestos organizados pelas principais seções sindicais.

Na segunda-feira, 30/03, os trabalhadores realizaram manifestações contra as demissões, por

estabilidade no emprego e outras reivindicações em todo o território nacional. O dia de protesto, organizado pelas centrais sindicais, movimentos sociais e estudantil e partidos de esquerda, contou com manifestações, fechamento de rodovias, assembléias e paralisações em locais de trabalho em todas as capitais brasileiras.

No dia 1º de abril, os SPFs, além dos trabalhadores

do campo e da cidade, dos mercados formal e informal, aproveitaram o tradicional Dia da Mentira, para protestar contra os engodos do governo, mostrando que, mesmo com alta popularidade de Lula, tão alardeada pela imprensa com a sustentação dos institutos de pesquisa, são muitos os setores da população brasileira que não aprovam as escolhas políticas do atual governo

Demonstrativos de Receitas e Despesas

	DEZEMBRO/2008	JANEIRO/2009
RECEITAS	99.426,40	59.582,66
FIXAS	9.216,41	51.200,48
Contrib. Soc. Sindicalizadas	9.216,41	51.200,48
VARIÁVEIS	1.977,00	2.275,18
Mensal. G. Apoio	0,00	0,00
Associação	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	25,88
Benefícios Indenizatórios	1.976,18	2.275,18
Benefícios Administrativos	0,00	0,00
Outros	0,00	580,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	0,00
Venda de Bens Móveis/Imóveis	0,00	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	233,00	107,00
Recuperação de Bens	0,00	0,00
Recuperação de Bens	0,00	0,00
Recuperação de Despesas	233,00	107,00
DESPESAS	30.806,34	65.984,49
RECURSOS HUMANOS	28.145,09	42.180,42
EMPREGADOS COM VÍNCULO	18.200,26	29.926,27
1º S. S. A. C.	6.614,81	8.845,54
Atividade	820,00	80,00
Assistência Médica	30,00	0,00
Cursos	0,00	0,00
Férias	3.000,17	3.117,18
Gratificação	0,00	0,00
PAT	0,00	0,00
Plantão	82,73	107,00
Ratificações	0,00	0,00
Selênio	6.252,30	25.217,11
Uniformes e Equip. Segurança	0,00	0,00
Util. Transporte	490,00	440,00
ENCARGOS SOCIAIS	7.058,14	10.273,18
F.C.T.S.	1.253,34	2.400,58
I.N.S.S.	5.804,80	8.462,59
ABREVIATURAS	2.837,00	1.370,00
Car. Ind.	2.740,00	0,00
Jurídica	97,00	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00
Impostos e Taxas	0,00	0,00
Imp.	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.246,60	1.200,00
Bancária	1.246,60	0,00
Juros Financeiros	0,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	11.400,00	7.823,60
Alug. Loc.	30,00	115,00
Arquitetura	100,00	85,00
Arquit.	0,00	0,00
Carimbos	190,00	402,18
Conservação e Reparaç.	0,00	0,00
Conservação	0,00	0,00
Contrat. Impres.	100,00	0,00
Despesas Pessoais	0,00	0,00
Material de Consumo	1.000,00	152,00
Material de Escritório	5.051,11	100,00
Material de Impres.	0,00	194,00
Outros	20,00	100,00
Publicidade	0,00	0,00
Material de Consumo	140,00	0,00
Material de Impres.	0,00	0,00
Outros	100,00	0,00
Publicidade	0,00	0,00
Suprimentos de Material	1.000,00	0,00
Telefone/Fax/Internet	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Xerox	50,00	115,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00	0,00
Assinatura de Jornais/Revistas	0,00	0,00
REPASSES	10.004,12	10.017,00
Ativos G.S.	9.402,57	9.886,57
Ativos Mobilização	254,00	253,00
Ativos Solidariedade	347,55	870,54
Ativos Outros	0,00	0,00
RESULTADO DO MÊS	48.620,06	(12.401,83)

Informes

Fundações Ditas de Apoio

O escândalo que envolveu a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, não é novidade para o Tribunal de Contas da União (TCU). Levantamento feito pelo Estado em acordões do TCU, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2007, mostra que nesses cinco anos o órgão encontrou irregularidades em nada menos do que 19 fundações de apoio ligadas a universidades federais - ou seja, 29% das 65 entidades do gênero.

Além dessas irregularidades, as Fundações ditas de Apoio são amplamente combatidas pelo Movimento Docente, que aponta nessas instituições, a intromissão indevida do mercado no direcionamento de pesquisas, na autonomia das IFES e no financiamento da coisa pública.

Contag fora da CUT

Em 13/03, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), maior entidade sindical rural do país, decidiu se desfiliar da CUT. Dos 2.559 delegados presentes no 10º Congresso Nacional da categoria que aconteceu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, 1.440 votaram pela saída da central.

IPES

Na plenária de 14/2, os delegados do 28º Congresso do ANDES-SN rejeitaram, mais uma vez, a proposta que excluía a representação dos professores das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES) das atribuições do Sindicato Nacional. O texto de resolução, apresentado por um grupo de professores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Lista de discussão

Os professores da APESJF agora poderão discutir e debater os assuntos mais importantes do dia-a-dia da UFJF e do sindicato, na nova lista de discussão da APESJF.

Dentro em breve, os docentes receberão um email anunciando da abertura da lista. Aguarde

Professor Equivalente

A Comunidade Universitária ainda está a se perguntar como serão utilizados as possíveis contratações de docentes via banco de Professor Equivalente. O projeto já está em vigor há mais de um ano e até agora a UFJF não se moveu nesse sentido.

ANDES na justiça

No dia 06/04, foi realizada mais uma ação judicial que o ANDES-SN ajuizou contra o Proifes em dezembro do ano passado.

A ação foi motivada pelas ilegalidades cometidas na assembléia realizada na sede da CUT, em São Paulo, no dia seis de setembro.

Naquela ocasião, o fórum de professores tentou criar um novo sindicato para representar os docentes das universidades federais, impedindo a participação dos docentes que não estavam de acordo com a proposta da criação de um novo sindicato na base do ANDES-SN.

O ANDES-SN pleiteia o arquivamento do pedido de registro sindical feito pelo Proifes ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. A ação tramita na 16ª Vara do Trabalho de Brasília. Além do Proifes, também figura como réu o 1º Ofício de Registro Civil, Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica do Distrito Federal e a União - Ministério do Trabalho e Emprego.

A expectativa é de que uma decisão judicial em primeira instância seja proferida até meados deste ano

APESJF discute precarização do trabalho feminino

Como comemoração do mês da mulher, a APESJF promoveu no dia 31/03 uma palestra sobre a precarização do trabalho feminino no capitalismo tendo como convidada a professora doutora Cláudia Maria França Mazzei Nogueira do Centro Sócio-Econômico (CSE) do Depto. de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Munida de muitas estatísticas sobre a questão do emprego na Europa, América Latina e Brasil, Mazzei mostrou que, ao mesmo tempo em que a sociedade capitalista admite o papel da mulher no mercado de trabalho, que se aproxima da proporção de 49%, este mesmo sistema a coloca como coadjuvante, relegando às mulheres grande participação no mercado de trabalho apenas temporário, altas proporções nas faixas de menores salários e desigualdade de direitos e oportunidades.

A professora argumentou que a divisão sexual do trabalho, estabelecida por séculos de sociedade patriarcal, em que a mulher teria a obrigação dos afazeres domésticos, está na origem de toda a questão, já que esta divisão se reproduz nas relações trabalhistas com conseqüências diretas sobre o mercado como um todo, precarizando o trabalho da mulher, num misto de falsa emancipação e desvalorização.

Assim, tal divisão acaba por criar a idéia de que a mulher deva trabalhar em jornadas menores para que dê conta de todo o serviço, além de justificar os salários mais baixos, dados como uma complementação ou concessão. Uma "bondade" do sistema e não um direito reconhecido com igualdade real de oportunidades.

Mazzei acredita que a única forma de superação da situação de precarização do trabalho feminino seria o combate sistemático da idéia dominante da divisão sexual do trabalho, mas disse não acreditar na possibilidade dessa superação dentro do sistema capitalista. Para ela, a idéia da divisão está entranhada no inconsciente da sociedade e os papéis dentro dos lares deveriam ser repensados já que o casal deveria ser responsável em conjunto pelo trabalho doméstico, fato que teria conseqüências diretas sobre o mercado de trabalho.

Concordou ainda que existe um recrudescimento da precarização no trabalho da mulher negra sob o impacto das variantes: Classe, Gênero e Raça e criticou a postura atual do capitalismo que tenta retirar do trabalhador de uma maneira geral a noção de sua classe. "Não somos mais trabalhadores, somos parceiros, parte de uma equipe. E, no entanto, basta a primeira queda de lucros para que venham as reestruturações e conseqüentes demissões"

O encontro teve a participação de estudantes e sindicalistas, além de professores da UFJF que puderam fazer perguntas e comentários acerca do tema da palestra. A professora Ana Livia, vice-presidente da APESJF reafirmou a APEJF como espaço privilegiado e possível de discussão, debate e reflexão dentro da UFJF. Lembrou ainda a composição da diretoria da APESJF, formada hoje por quatro mulheres e três homens e comentou a jornada tripla que muitas mulheres desempenham em casa, no trabalho e na luta sindical.



Professora Mazzei fala na palestra

Setor faz proposta de campanha salarial

Em reunião conjunta do Setor das Federais com os GT Verbas e com o Carreira, realizada dias 3, 4 e 5 de abril, em Brasília, na sede do ANDES-SN, foi sistematizada para apreciação das seções sindicais a proposta de Pauta de Reivindicação dos Docentes das IFES relativa à Campanha de 2009.

Em continuidade a esse processo rumo a definição e aprovação final de nossa pauta, a reunião indicou a realização de uma rodada de assembleias

gerais que deverá ocorrer até o dia 23/04.

As resoluções das AG deverão ser enviadas para a Secretaria do ANDES-SN, onde serão consolidadas e submetidas a nova reunião do Setor das IFES, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de abril, momento em que serão submetidas à aprovação final.

No dia 28/04, a Pauta será protocolada em diferentes Ministérios, no Congresso Nacional e ANDIFES, pela Diretoria

do ANDES-SN, acompanhada de representantes das seções sindicais que puderem estar presentes.

A proposta de pauta, que está sendo submetida à consideração das AG, já está disponível na página do sindicato. [Www.apesjf.org.br](http://www.apesjf.org.br).

O texto foi estruturado em seis grandes blocos temáticos de reivindicações. **Veja os temas no quadro abaixo.**

1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE
2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES
3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE
5. CARREIRA ÚNICA
6. POLÍTICA SALARIAL

Contrapartida ambiental da APESJF replanta 200 mudas no campus

Como compensação ambiental pela a construção da nova sede da APESJF no campus, o sindicato entregou à UFJF um montante de mudas para a reposição do corte de 23 árvores que existiam no local da edificação. A exigência do IBAMA era de que 100 árvores fossem replantadas, mas o sindicato acabou por comprar 200 exemplares que estão

sendo distribuídos em diversos pontos do campus.

Segundo informações da prefeitura do Campus, 140 mudas já foram repostas nos arredores da Gerência de Transportes, da Reitoria, da Estação Meteorológica, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Farmácia e da Praça Cívica. O restante deverá ser distribuído nos próximos dias.

Mudas de Peroba, Ipê Peroba, Ipê Rosa, Ipê Branco, Sibipiruna, Pau Brasil, Jacarandá da Bahia, Tenta, Jequitibá Rosa, Sapucaia, Quaresmeira, Jabuticabeira, Pau Ferro, Açaí, Pau Mulato, Cedro, além de árvores nativas diversas fizeram parte da leva de novas árvores na UFJF.

Foto Danniel Goulart



Foto Danniel Goulart



À esquerda, mudas ainda a serem plantadas, acima árvores colocadas próximo à Faculdade de Farmácia

Assessoria jurídica propõe novas ações a sindicalizados

A assessoria jurídica da APESJF está propondo aos sindicalizados a entrada na justiça com quatro ações indenizatórias. A primeira é contra a cobrança de imposto de renda sobre os valores do Abono de Permanência, a segunda contra a cobrança de contribuição previdenciária sobre o adicional de 1/3 de férias concedido aos professores.

Outra cobrará na justiça a integralidade da GTMS para os docentes

que se aposentaram de maneira proporcional. A quarta ação tem por base a Constituição Federal e pede ressarcimento dos valores não pagos aos aposentados, que a partir de agosto de 2004 deixaram de receber a integralidade da GED.

Os professores que se interessarem deverão entrar em contato pelo telefone 3215 1286, para se inteirar dos requisitos necessários.

Ação nº1

O Abono de Permanência é o valor pago aos Servidores que decidiram se manter na ativa mesmo já tendo condições de pedir a aposentadoria. O valor corresponde à contribuição previdenciária e tem caráter indenizatório já que o estado deixa de arcar com a aposentadoria. No entanto, não é permitido cobrar imposto de renda sobre o Abono, o que justifica a ação proposta.

Ação nº2

Na questão do adicional de 1/3 do salário recebido nas férias, a união vinha recolhendo contribuição previdenciária sobre esses valores, no entanto, tal prática é vedada pela interpretação da assessoria jurídica já que fere ao artigo 195 da Constituição Federal.

Ação nº3

Desde que o MPOG baixou a Instrução Normativa nº6, a UFJF vem pagando valores menores de GTMS/Gemas aos professores que se aposentaram de maneira proporcional. No entanto, a lei que regula o pagamento das gratificações não faz nenhuma distinção entre aposentados proporcionais e integrais o que de pronto justifica a entrada na justiça.

Ação nº4

Com a criação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), o governo quebrou a paridade entre ativos e aposentados, o que contraria a Constituição Federal em seu Art. 40, Parágrafo 8º que determina a paridade sempre que se modificar a remuneração do serviço público.

28º Congresso reforça defesa da educação pública

O 28º Congresso do ANDES-SN realizado em Pelotas- RS, entre 10 e 16 de fevereiro de 2009 contou com a participação de 243 delegados de 51 seções sindicais, além de 29 observadores e seis convidados. Junto com a defesa de organização sindical e popular e da universidade pública, os participantes discutiram os efeitos da atual crise do capitalismo para a classe trabalhadora. O presidente do Sindicato Nacional, **Ciro Correia**, afirmou: “hoje, temos muito mais força política dentro da categoria e da sociedade para vencermos o desafio imposto pela suspensão arbitrária do registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)”. Ele se referia aos resultados positivos que a pressão da categoria sobre o governo obteve nos últimos meses. “Se essa é uma questão ainda pendente de solução definitiva, sabemos que nossa mobilização acabará por vencê-la”. Os delegados aprovaram os eixos centrais que vão nortear a luta dos docentes neste ano. Acompanhe no quadro abaixo a Centralidade da Luta para 2009. Além desses temas, importantes questões foram discutidas com destaque para a criação dos observatórios do REUNI, a manutenção das instituições particulares na base do ANDES-SN, as resoluções de combate às falsas políticas de expansão do ensino como a Universidade Aberta do Brasil, Prouni, Sinaes, IFETs e banco de Professor Equivalente, o combate às tentativas de submeter a IFES ao mercado via Fundações Ditas de Apoio.

O Congresso organizou ainda um Ato Público no centro de Pelotas (RS), contra o arrocho imposto aos trabalhadores brasileiros em função da crise econômica mundial.

Centralidade da Luta

1- Organizar e fortalecer a resistência dos trabalhadores, na CONLUTAS e em unidade com as demais organizações classistas sindicais e populares, para fazer frente à crise capitalista mundial, à criminalização dos movimentos sociais e aos demais ataques aos trabalhadores.

2- Lutar em defesa do ANDES-SN, da liberdade e da autonomia de organização dos trabalhadores e pelo resgate do registro sindical, ampliando a participação da categoria por meio da intensificação do trabalho de base.

3- Lutar pela valorização do trabalho docente e contra toda forma de precarização.

4- Reafirmar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira



Presidente do ANDES-SN, Profº. Ciró Correia fala na abertura do 28º Congresso

Contra a criminalização dos movimentos sociais

O 28º Congresso decidiu intensificar a luta **contra a criminalização dos Movimentos sociais**. O objetivo é a realização de uma articulação junto à CONLUTAS, às entidades de defesa dos direitos humanos e aos movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade, com a produção conjunta de um documento de denúncia e a constituição de um Fórum Nacional

Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. Os docentes resolveram também implementar a luta junto às entidades na perspectiva de trabalhar pela **unificação da CONLUTAS com outros setores**, objetivando a construção de uma nova organização sindical e popular.

O Congresso apresentou ainda uma

plataforma de exigências a ser apresentada para patrões e governos demandando a preservação do investimento público, a estabilidade dos empregos e a defesa dos trabalhadores frente à crise mundial. Como plano de ação, indicou a **intensa mobilização em atos públicos** e campanhas na luta contra o desemprego e os cortes nos investimentos em políticas públicas.

Em defesa da autonomia universitária

O congresso deliberou fortalecer a luta em **defesa da autonomia universitária** nas bases do sindicato com manifestações e atos públicos. Decidiu ainda recomendar às Seções Sindicais a organização de seminários com o tema “A Universidade em Expansão” e trabalhar pela ampliação da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária em conjunto com toda a comunidade universitária. Deliberou também denunciar e combater, por intermédio dos mais variados

instrumentos, a tática do governo Lula para implementar a contra-reforma universitária por meio dos projetos PROUNI, SINAES, UAB, REUNI, IFET, EAD, Banco de Professor Equivalente, demonstrando ser esse um conjunto de propostas de destruição da universidade pública

O Congresso resolveu também que o ANDES-SN **deve denunciar o Conselho Nacional de Educação**, que em suas práticas é claramente favorável à hegemonia do

setor mercantil da educação.

Os docentes decidiram concentrar esforços para a **rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública FNDEP**, e organizar a denúncia do Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal que se configura como um conjunto de decretos sem os investimentos necessários à sua implementação.

Docentes lançam o “Observatório do REUNI”

O 28º Congresso do ANDES-SN decidiu intensificar o **combate ao REUNI**, visando expor suas conseqüências sobre as IFES. Entre as deliberações destaca-se a criação do “**Observatório do Reuni**” em cada universidade, por intermédio das seções sindicais, com o apoio das secretarias regionais e da Diretoria do ANDES SN, e com o envolvimento das entidades representativas dos estudantes, dos funcionários técnico-administrativos e da comunidade universitária.

O objetivo se constitui em acompanhar a implementação do REUNI e

analisar suas conseqüências em relação às atividades-fim de cada instituição e às condições do trabalho docente, exigindo também do reitor de cada universidade federal cópia do documento “Acordo de Metas”, do REUNI, firmado, em março de 2008, entre Governo/MEC e os reitores, visando dar publicidade ao documento.

O Observatório poderá também denunciar casos em que as IFES estão repassando recursos para que as fundações ditas de apoio operacionalizem ações do REUNI.

Outro ponto discutido

no Congresso foi a necessidade de alertar a comunidade universitária sobre o caráter da **Bolsa CAPES-REUNI (Portaria MEC nº 582 de 14/5/08)**, que impõe a obrigatoriedade do aluno bolsista realizar “atividades didáticas de graduação”, chegando, em alguns casos, a 14 horas semanais de trabalho; além de dar publicidade aos efeitos nefastos do projeto junto às IFES e combater a criminalização dos movimentos de resistência à imposição do projeto nas IFES.

Congresso denuncia UAB

Os docentes reunidos no 28º Congresso do ANDES reafirmaram a luta pela **ampliação do financiamento federal**, estadual e municipal das IES públicas visando ao aumento de vagas, mas decidiram também intensificar o combate a todas as formas de expansão de vagas que ocorram sem a previsão do aporte de recursos adequados à manutenção e **ampliação da qualidade da educação superior pública**, em particular a expansão da graduação e pós-graduação com a utilização do Ensino à Distância, especialmente na forma do **Sistema UAB** e a introdução de estruturas que estendam a competição por vagas na graduação profissionalizante para além do vestibular, sob o pretexto da ampliação de vagas via Universidade Nova.

O Congresso deliberou implementar a luta pela **revogação da Lei nº 11.096/05, que institui o programa “Universidade para Todos”**, que regula a renúncia fiscal e previdenciária, por parte do governo, em benefício das IES privadas, a título de expansão de vagas na educação superior para “grupos socialmente desfavorecidos”, o que representa, na prática, sob o eufemismo “estatização de vagas ociosas”, a transferência de verbas públicas para o setor educacional privado.

Deliberou-se também que o sindicato **acompanhe e avalie a retomada da tramitação dos projetos de lei que constituem, no Congresso Nacional, a chamada reforma universitária**, que preconizam a redução de

verbas para a educação pública, a exemplo dos PL nº 4212/04 (de autoria do Sr. Átila Lira), ao qual, dentre outros, estão apensados o PL nº 4221/04 (autor: Dep. João Matos) e o PL nº 7.200/06; que acompanhe a tramitação da PEC 217/03 a qual institui cobranças a alunos nas IFES.

Os docentes decidiram ainda intensificar a luta pela **revogação das Portarias Interministeriais MEC-MPOG 22 e 224/07**, que instituem o Banco de Professor Equivalente nas IFES, denunciando suas conseqüências nefastas para essas instituições e exigir do MEC a ampliação das vagas docentes para além do “Banco de Professores-equivalente”, instituído pelo MEC em maio/junho de 2007, com vista a debelar a tendência, já verificada, de realizar as novas contratações em regime de 40 horas ou, até, de 20 horas, em vez de fazê-las em dedicação exclusiva (DE), regime ainda prevalente nas IFES e determinante para a realização de pesquisa e extensão.

O Congresso delilberou ainda realizar, em 2009, em conjunto com a Frente de Luta Contra a Reforma Universitária, um **seminário sobre avaliação do ensino superior**. Como preparação deste, estimular as secretarias regionais e seções sindicais, em articulação com o movimento estudantil e demais movimentos sociais e populares, a **ampliar o debate sobre o SINAES**, com especial destaque para o seu componente mais evidente: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE;



Professores participam de Ato Público no centro de Pelotas

Congresso denuncia modelos de IFET

O 28º Congresso do ANDES deliberou **denunciar os modelos de IFET** que estão sendo implantados pelo governo federal, realizando um alerta à sociedade sobre o fato de que essas instituições e as determinações da Lei 11.892/2008, deixam brechas para que a pretendida formação de professores induza à adoção de uma forma aligeirada e tecnicista, inadequada ao desempenho das funções docentes na

educação básica, afetando negativamente o futuro da sociedade.

Os professores denunciaram também a proposta de formação de engenheiros nos IFET, num processo rebaixado, em tempo e conteúdo, o que levará à diplomação de profissionais sem o adequado embasamento teórico-prático para o efetivo exercício da profissão.

Outra questão

apontada é a **relação dos IFET com o mercado**, já que estas instituições poderão realizar negócios, por meio da venda de produtos e serviços e receber investimentos privados no desenvolvimento das pesquisas.

O objetivo atual, indicado pelo congresso, é **articular tais ações de combate e denúncia em conjunto com o SINASEFE**.

O “Ensaio sobre a cegueira” e a necessidade de superação da barbárie

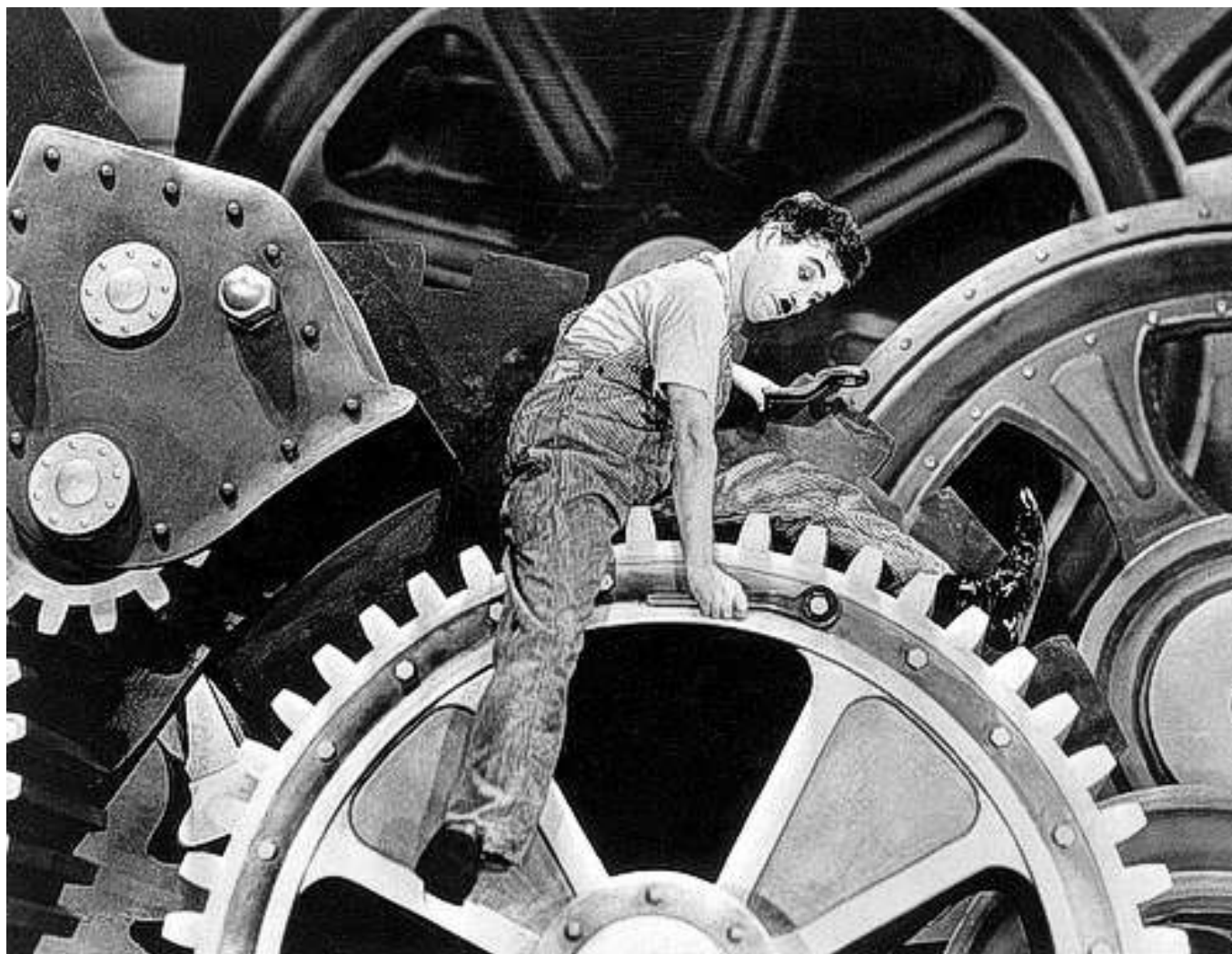
**Rubens Luiz Rodrigues - Profº
Faculdade de Educação**

Em sua célebre obra “Ensaio sobre a cegueira”, José Saramago fala de uma estranha epidemia que torna as pessoas cegas. A estranheza da epidemia está no tipo de cegueira provocada, pois sua característica não é a escuridão, mas uma enorme claridade que conduz a população a um processo de profunda desumanidade e instaura uma devastação sem precedentes sobre a sociedade.

A opção de Saramago por uma cegueira branca não parece ser aleatória. Ela representa a extrema obsessão em que vivemos onde nossos projetos estão cada vez mais marcados por condições de vida individualizantes, esgarçadas por relações competitivas, cujo sucesso de uns justifica as distorções e contradições que atinge a maioria.

Fixados em nossas obrigações rotineiras, mergulhamos em uma sociabilidade cada vez mais complexa, que nos envolve na velocidade dilaceradora das informações e nos absorve em um processo bastante conturbado de revisão de nossos procedimentos, objetivos e projetos societários. Predomina uma determinada visão social de que temos que nos tornar empreendedores para nos adaptarmos às novas exigências produtivistas e terminamos reféns de relações de dominação que apregoam as potencialidades técnico-científicas presentes em nossa sociedade, explorando muito seus efeitos artificiais, mas articulando-os pouco com objetivos de elevação ética e política da humanidade.

A preocupação com a eficácia e a eficiência em torno de maior produtividade disseminou-se e deslocou a perspectiva de desenvolvimento de objetivos sociais voltados para a promoção igualitária dos direitos e da justiça. Estar disposto a correr riscos, a enfrentar desafios atingiu os diferentes grupos e classes sociais de maneiras bem variadas, atribuindo, do ponto de vista ideológico, um lugar a cada um deles de acordo com as hierarquias, monopólios e fragmentações estabelecidas pela



instauração dessa nova concepção de mundo. Acirraram-se as condições de pobreza e de miséria no mundo, produzindo manifestações de intolerância como, por exemplo, em relação aos estrangeiros. Nos países da América Latina, sobretudo no Brasil, a árdua trajetória histórica dos direitos encontra um contexto de profundas adversidades de instauração.

Decerto que nossa capacidade de resistência e de organização não foi abolida diante do acirramento das condições de nossa existência, mas adquiriram dimensões que tornam premente a perspectiva da construção de projetos para um mundo cuja direção pouco se encaminha em favor da solidariedade, do direito e da justiça.

Ainda que as desigualdades iminentes ao sistema em que vivemos nos inclinam para confrontações cada vez mais polarizadas, a participação das camadas populares em processos coletivos na ampliação e no fortalecimento da dimensão democrático-coletiva pode auxiliar no encaminhamento de soluções de problemas

cruciais, mas essa possibilidade só se torna factível a partir de seu entrelaçamento com a política.

A ampliação da cidadania sem a construção de determinados eixos ético-políticos que orientem a ação humana pode resultar em lutas com metas muito restritas ou pouco precisas, que dificilmente se traduzem em probabilidades concretas de efetivação de reivindicações ou de conquistas. Nesse sentido, podem perder de vista seu sentido mais universal.

Os processos de conquista da cidadania não podem prescindir de estar estreitamente vinculados à realidade da luta pela conquista do direito, da justiça e da solidariedade, sob o risco de contribuir para a formação de um mundo cada vez mais desvinculado de princípios éticos e estéticos que orientem ideais para além da competência técnica, valorizando apenas o pragmatismo das opções imediatas, de curto prazo e improvisadas e de duvidoso retorno social.

